

## TERRITÓRIO CULTURAL: PROCESSOS DE IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE – CENTRO CULTURAL CARTOLA – MANGUEIRA/RJ

Cibele Mariano Vaz<sup>1</sup>  
Regina Glória Nunes Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta discussão de parte dos resultados da pesquisa de Mestrado em Psicologia Social na UERJ sobre a relação entre território e identidade cultural, e seus consequentes desdobramentos na subjetividade de crianças que frequentam o Centro Cultural Cartola (CCC). Pesquisa associada ao Projeto – *Construções da Identidade Cultural e Autoestima com Jovens da Comunidade da Mangueira – Centro Cultural Cartola-Mangueira*. Iniciou-se com um panorama do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, pelo recorte das relações sociais na ocupação do seu território. Ao mostrar aspectos históricos da constituição da cidade, no qual se destacam o uso social do espaço e como se deu a ocupação de seu território. Passa-se à conjuntura histórica em que germinaram as primeiras favelas e chaga-se ao surgimento da Mangueira, local no qual esta pesquisa se desenvolve. Para tanto, assinala-se que a estrutura socioespacial do Rio de Janeiro suplanta a polarização dicotômica dos espaços. Sendo assim, torna-se evidente a impossibilidade de pensar em termos de uma identidade cultural imutável, fidedigna e autêntica, como um elo entre passado e futuro. Nesse sentido, apresenta-se, respectivamente, uma perspectiva do momento sociocultural contemporâneo e da identidade cultural inserida nesse contexto complexo, fluido, incerto, flexível, indefinido e indeterminado que constitui a contemporaneidade, nos quais se pretende oferecer uma melhor compreensão da existência das identidades múltiplas (YÚDICE, 2004). No desenvolvimento da pesquisa de campo utilizou-se o método de compreensão do espaço proposto por Bourdieu (1998); enquanto, a prática da pesquisa foi amparada pela metodologia de grupo operativo de Pichon-Rivière (1998). O grupo operativo foi desenvolvido com crianças que frequentam a Ação Griô (iniciativa do Ministério da Cultura), no CCC. Nesse contexto, conclui-se que práticas como as do CCC exemplificam uma luta resistente de preservação e reapropriação da cultura mangueirense, por estarem envoltas na possibilidade de ocupar o espaço de cidadania cultural, pela apropriação positiva do território ocupado e pelo fortalecimento da identidade cultural de *ser Mangueirense*, e assim, influenciarem a construção da subjetividade.

**Palavras chaves:** Território, identidade, subjetividade, Centro Cultural Cartola

### INTRODUÇÃO

Este estudo pretendeu compreender as formas de apropriação e produção de sentido no estabelecimento das relações entre território e identidade cultural, realizado por um grupo de crianças que frequentam o Centro Cultural Cartola (CCC), levando-se em consideração o espaço em que habitam as crianças. Partiu-se da análise dos recursos utilizados por elas no enfrentamento da realidade social na qual estão inseridas. A partir destes objetivos procurou-se investigar as formas de relações estabelecidas entre as crianças, no grupo desenvolvido e nas relações estabelecidas no CCC. Objetivou-se ainda identificar como as crianças percebem subjetivamente suas vidas e suas perspectivas futuras.

Desse modo, a presente pesquisa almeja contribuir para discussão acerca do acesso à cultura como potencial transformador da posição da pessoa em seu contexto social. Acreditando que o território em que se vive exerce influencia na constituição da identidade cultural, assim, o reconhecimento da pluralidade cultural propicia ampliar o sentimento de pertença e ressignificar a atuação da pessoa em seu no meio social, que passa de consumidor dos processos culturais a produtor de cultura, adotando uma postura crítica em relação à cultura que consome e produz.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social–Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Nota Dez da FAPERJ 2009-2010. [cibelevez@gmail.com](mailto:cibelevez@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ. [reginagna@terra.com.br](mailto:reginagna@terra.com.br)

## 1 SOBRE O MÉTODO

A metodologia do grupo partiu de objetivos pré-determinados e da compreensão do espaço proposta por Bourdieu (1998) na análise crítica e reflexiva das informações coletadas. A prática da pesquisa de campo foi amparada pela metodologia de **Grupo Operativo** tal como proposto por Pichon-Rivière (1998).

### 1.1 Espaço social, campo social e *habitus*

A análise e o cruzamento dos dados coletados fruto deste trabalho foi realizada a partir de observações e interpretações. Utilizou-se como base para a pesquisa interpretativa o método empírico de Bourdieu (1998), que considera que as propriedades são relacionais, isto é, existem em relação umas às outras. Assim, as definições são alcançadas pelas relações que se estabelecem no **campo social** e não pelas propriedades consideradas em si mesmas. Desta forma, propôs-se construir o que está circunscrito em um determinado momento histórico, em um determinado espaço social (realidade empírica historicamente datada e situada), constituído por agentes distribuídos em função de sua posição nesse mesmo espaço, tendo-se em conta o capital econômico, cultural e simbólico.

A posição no **espaço social** (conceito relacional) determina as suas disposições (*habitus*), que produzem tomadas de posição (escolhas). Para Bourdieu (1998) esse espaço social é constituído por agentes ou grupos, nele distribuídos, a partir da diferenciação de capital seja ele de qualquer natureza. Assim se cria um **campo de forças**, no qual há lutas empreendidas pelos agentes, cada qual com seus meios e fins, de acordo com sua posição na estrutura do campo e objetivando sua conservação ou transformação. A análise do campo social objetiva o alcance do invariante, a estrutura, na variante observada, o que significa compreender estruturas e mecanismos de construção, reprodução e transformação do espaço social.

O conceito de *habitus*, entendido por Bourdieu (1998), enquanto social incorporado e por isso particularizado, possibilita a justaposição entre indivíduo e sociedade; estrutura-se por meio dos processos de socialização, considerando-se, desse modo, o espaço social e as práticas individuais.

### 1.2 Grupos Operativo

De acordo com Pichon-Rivière (1998), o **Grupo Operativo** é formado por um conjunto restrito de pessoas, com objetivos comuns, de duração limitada, centrado em uma tarefa e no qual teoria e prática são articuladas constantemente. O propósito deste grupo consiste em promover o esclarecimento, a comunicação, aprender a pensar, operar uma dada realidade, fazer crítica e autocrítica, explicitando os anseios, medos, angústias, alegrias ou esperança de seus integrantes em relação às mudanças e elaborando propostas de experiências cotidianas.

O Grupo Operativo foi desenvolvido com as crianças que frequentam regularmente a Ação Griô<sup>3</sup> do CCC, uma média de 10 a 15 crianças, que têm entre 06 e 14 anos. No entanto, antes de iniciar as atividades do grupo foram realizadas observações participantes, no período entre março e junho de 2008, durante as oficinas da Ação Griô e durante as aulas de flauta que estas crianças frequentavam. As observações participantes tiveram o intuito de conhecer como

---

<sup>3</sup> A Ação Griô esta integrada aos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) do Ministério da Cultura. Sendo desenvolvida em vários Pontos de Cultura em todo Brasil. Uma iniciativa de resgatar cantigas e a contação de histórias, que tem como missão mediar a memória e a produção de conhecimento histórico, ao criar e instituir uma política nacional de educação, cultura oral e economia comunitária para o fortalecimento da identidade e ancestralidade de jovens, por meio do reconhecimento do lugar social, político e econômico de sua tradição oral.

era realizado o trabalho dentro do CCC, conhecer as crianças que o frequentavam e estabelecer uma relação que facilitasse a expressão das crianças no desenvolvimento do Grupo Operativo.

O Grupo Operativo foi realizados no período entre setembro a novembro de 2008, perfazendo um total de onze encontros. O primeiro encontro foi iniciado com uma atividade de sensibilização e em seguida uma atividade de expressão. Já nesse momento, essa configuração mostrou-se inviável, devido ao tempo disponibilizado pela coordenação da Ação Griô e pelo fato das crianças não chegarem todas no mesmo horário. A partir de então, decidiu-se realizar apenas uma atividade por encontro, com as crianças presentes.

Foram propostas atividades de diversas configurações. Algumas foram feitas em duplas, outras no grupo maior, outras individualmente. Nem sempre foi possível ter um momento posterior para compartilhar a experiência, tendo se estabelecido que o compartilhar acontecesse no decorrer da realização da atividade. Foram realizadas atividades expressivas, nas quais as crianças foram estimuladas a falar, desenhar ou escrever sobre elas mesmas, suas opiniões, gostos, sonhos, desejos, sobre sua família, os lugares que conhecem e o local onde moram. As atividades do grupo operativo objetivaram a apropriação de ideias e o diálogo, enfocando sempre a expressão da subjetividade de cada criança. No momento, a pesquisa encontra-se na fase final da análise dos dados.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Entende-se que a formação da **identidade cultural** está relacionada aos territórios em que se vive. Assim, para introduzir a discussão e o percurso de construção dessa pesquisa, delinea-se o panorama de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, pelo recorte das relações sociais na ocupação urbana. Ao mostrar aspectos históricos da constituição da cidade, nos quais se destaca o uso social do espaço e como se deu a ocupação de seu território urbano. A partir dessa contextualização, passa-se pela conjuntura histórica em que germinaram as primeiras favelas e chega-se ao surgimento da **Mangueira**, local que abrigou o desenvolvimento da presente pesquisa.

### 2.1 A ocupação socioespacial do Rio de Janeiro

Desde o surgimento das primeiras cidades, a complexidade de sua dinâmica tem sido tema de estudos nas mais diversas áreas, desde a filosofia, história à geografia, sociologia ou psicologia. Seu funcionamento, desenvolvimento e diversidade chamam a atenção de pesquisadores que almejam que a compreendem como um local de multiplicidade, diversidade e coexistência.

Vainer (1998), compreende que desde a Antiguidade a imagem da cidade reflete o diverso, local onde se experiencia o múltiplo. A multiplicidade permanece acompanhando a cidade. De acordo com Velho (1995), na metrópole moderna pode-se circular por mundos distintos e diferenciados, nos quais se pode fazer parte de todos ou de nenhum deles. Na cidade é possível a exaltação do individual e do cosmopolita. Velho (1995) considera ainda, que apreensão da cidade passa pela percepção das formas de movimentação dos indivíduos entre códigos e mundos de valores e orientações particulares.

A constituição do espaço se dá em consonância com características de cada momento histórico e da disposição social, que ao se transformarem transformam o espaço (ABREU, 2008). Dessa forma, Castells (2000) destaca que, em um movimento de influência mútua, o espaço expressa o momento histórico de cada sociedade. Sendo assim, a cidade é o resultado inacabado e em mutação da mediação de estruturas sociais, econômicas e políticas (Rezende, 1982).

A passagem da vila medieval para a cidade transformou radicalmente o espaço, que passou a ser mercantilizado e dividido por classes sociais. Assim, a cidade estabelece-se, ainda hoje, em função do mercado e a redefinição do espaço ocorre no sentido de valorizar atributos resultantes de investimentos em infraestrutura (ROLNIK, 2004). Desse modo, De Certeau (2008) assegura que a cidade organiza-se por ações especulativas e classificatórias. Ao constituir o espaço combinando propriedades estáveis, isoláveis e articuláveis, por meio de gestão e eliminação. A cidade promove uma diferenciação e uma redistribuição do espaço e nega tudo o que considera intratável na concepção de uma administração funcionalista.

O modelo capitalista da cidade contemporânea encontra-se cada vez mais imerso em avanços industriais, tecnológicos e de bem-estar, que reverberam em todas as partes do globo. Ao mesmo tempo em que se observa uma diferenciação na distribuição desses benefícios, resultando no aumento da privação, pobreza e marginalização social, como condizem Santos (1997), Martins (2002) e Costa (2005). Na cidade do Rio de Janeiro não é diferente.

O Rio Janeiro fundado em primeiro de março de 1565, foi a capital do Brasil entre os anos de 1763 e 1960. Até 1950, foi a cidade mais populosa do país, concentrou as principais indústrias e atraiu imigrantes brasileiros e estrangeiros (ABREU, 2008). Entretanto, conforme Rolnik (2004) descreve, em meados do século XIX a cidade conservava características de uma cidade colonial. Em 1808, a chegada da família real iniciou um longo processo de transformações sociais e políticas. Contudo, no ano de 1821, um ano após a independência do país e treze anos após a chegada da família real, o Rio de Janeiro foi descrito por Abreu (2008) como uma cidade de dimensões modestas.

Nesse momento, já era possível observar certa diferenciação na ocupação do espaço da cidade. As classes dirigentes habitavam os bairros da Candelária e São José, quem tinha poder de mobilidade morava em chácaras em Botafogo, influenciados pela rainha Carlota ou em São Cristóvão, local privilegiado pela residência da família real. Os demais habitantes da cidade, aqueles que não tinham condições de mobilidade, adensavam-se nos bairros hoje correspondentes aos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa (ABREU, 2008).

No entanto, em meados do século XIX, o Rio de Janeiro passou por um processo de expansão que afetou sua geografia, sua história e suas redes de sociabilidade. Não obstante, Gonçalves (2007) adverte que tal desenvolvimento não ficou imune a tensões e ambiguidades. Conforme Abreu (2008) destaca, a cidade, beneficiada por ações do poder público, passou a ter ruas da área central calçadas com paralelepípedos, iluminação a gás (uma iniciativa do Barão de Mauá), e serviços de esgotos sanitários, a quinta cidade do mundo a contar com tais serviços. Sendo este, o mesmo período em que ocorreu o aumento da população de baixa renda nas áreas ainda disponíveis aos trabalhadores livres e escravos de ganho, que diariamente circulavam pelo centro da cidade em busca de trabalho. Para Abreu (2008), esse quadro era propiciado, entre outros fatores, pela precariedade e o custo dos meios de transporte coletivo.

Inspirados nos processos de modernização deflagrados em grandes cidades do mundo, a burguesia carioca e os governantes empenharam-se no projeto de urbanização da cidade. Costa (2005) ressalva que as classes dirigentes eram influenciadas principalmente pela burguesia francesa, e desejavam uma cidade limpa, bela e livre da sujeira dos maus hábitos de seus habitantes. Foram empreendidas reformas urbanas e de costumes. Fazendo com que a cidade evidenciasse todas as “benesses e ambiguidades da metrópole em formação” (GONÇALVES, 2007, p. 24).

O desejo de tornar a cidade moderna e grandiosa, assim como era Paris fez com que a burguesia e os governantes se mobilizassem na realização de obras de saneamento, demolições, calçamentos, desmontes de morros, aberturas de avenidas e construções de monumentos. Constant (2007) relata que nada deveria ser obstáculo para a transformação da cidade, terras foram desapropriadas, casas demolidas e a população de baixa renda removida

das áreas centrais da cidade, principal local da realização dos programas de modernização. O período Passos revolucionou a forma urbana do Rio de Janeiro, fazendo com que a cidade se harmonizasse com os desejos econômicos e ideológicos do período. Momento que ficou marcado também pelo aparecimento de novas contradições urbanas. Contradições que, a tentativa de resolvê-las gerou tantas outras, como Abreu (2008) adverte.

Abreu (2008) assevera que o governo não ofereceu opções de moradias suficientes para as famílias cujas casas foram desapropriadas e para os moradores dos cortiços também demolidos. Essas pessoas viram-se obrigadas a morar com outras famílias, a pagar altos valores por aluguéis, em função da escassez de ofertas, ou a mudar para os subúrbios, que começavam a ser o destino de trabalhadores e operários. As moradias insalubres chamavam a atenção do Estado, que se preocupava com a possibilidade de que a degradação das condições de habitação e a falta de higiene poderiam comprometer globalmente a imagem da cidade.

Em um quadro, no qual não foram oferecidas, pelo poder público, novas opções de moradia a população desabrigada pelas obras de urbanização ou habitantes de áreas e casas sem condições de salubridade, intensificou o déficit habitacional, que já era relevante desde os anos de 1870, em consequência da migração de escravos libertos, estrangeiros e camponeses. Coube aos “despejados do espaço remodelado” (MAIOLINO, 2005, p. 58) encontrar novas localidades para habitarem.

Segundo Constant (2007), dois episódios merecem destaque no surgimento das favelas. Em 1893, o então prefeito Barata Ribeiro ordenou a demolição de um *famoso* cortiço do centro da cidade, o Cabeça de Porco. Cortiço que era considerado o local da pobreza, onde trabalhadores misturavam-se aos vagabundos e malandros, celeiro de epidemias e vícios. Paradoxalmente, os moradores foram autorizados a retirarem madeiras e outros materiais possíveis de serem reaproveitados nas futuras moradias. O outro acontecimento, em 1897, diz respeito ao retorno dos soldados de Canudos, autorizados a construir suas casas no morro da Providência.

Contudo, observa-se que outros fatores contribuíram para a ocupação das encostas da cidade do Rio de Janeiro, podendo ser citados a crise habitacional, que teve seu período mais crítico entre os anos de 1890 e 1906, quando a população crescia 2,84% ao ano e a construção de domicílios apenas 1% (VALLADARES, 2000). Provocando um aumento da densidade domiciliar, que passou de 7,3 para 9,8 pessoas por habitação (RIBEIRO, 2000).

A imagem feita da favela, no decorrer dos anos, tem variado conforme o contexto de cada período. A favela é facilmente associada à violência, à pobreza, e também, às manifestações culturais representadas pelo samba ou o funk. Constant (2007) salienta que a imagem atual que se tem da favela encontra-se vinculada a um espaço de constante violência, especialmente o que é divulgado pela mídia. As notícias estão sempre veiculando o tráfico, os tiroteios, as balas perdidas, a apreensão de armas e drogas e de certa forma igualando a pobreza à violência. Em um processo de naturalização da violência.

Apesar de não ser possível negar a pobreza e a violência, Pandolfi e Grynszpan (2003) asseguram que as favelas têm muito mais que isso. Cada favela tem sua identidade, composta pela época de sua fundação, forma de ocupação, economia, origem dos habitantes e suas relações. Para os autores, a cooperação e o esforço coletivo das associações de moradores, igrejas e ONGs ocasionam muita vida social nas favelas. Embora o discurso comum vise uniformizar as favelas, elas possuem realidades diversas. Em cada uma há diferentes experiências e práticas alternativas para a apropriação de espaços sociais e políticos (CONSTANT, 2007).

Com o intuito de evidenciar as particulares das favelas, apresenta-se agora aspectos sócio-históricos da Mangueira. De acordo com Costa (2002) a favela da Mangueira, localizada na Zona Central da cidade do Rio de Janeiro, começou seu processo de ocupação no século XIX. De acordo com Constant (2007), a Mangueira é a terceira favela mais antiga

da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido precedida pelas ocupações de dois morros localizados na área central da cidade, o da Providência e o de Santo Antônio. Sua origem está relacionada a um incêndio que, em 1916, atingiu o Morro de Santo Antônio e, posteriormente, demolições no Morro da Favella, para a construção da linha férrea, fizeram com que seus moradores se mudassem para a Mangueira (CONSTANT, 2007).

A organização social na Mangueira aconteceu por intermédio da música, do carnaval e do futebol, veículos de acesso à cidade, por meio dos quais os acontecimentos da comunidade se inseriam na sociedade (Costa, 2002). Nesse sentido, merece destaque a *Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira*, fundada em 28 de abril de 1928, na casa de Euclides Roberto dos Santos, no Buraco Quente, contou com a presença, registrada em ata, além do dono da casa, de Saturnino, Massu, Cartola, Zé Espinguela, Pedro Caim e Abelardo da Bolina. O nome e as cores da escola de samba foram escolhidos por Cartola (CONSTANT, 2007). A Escola de Samba se organizou a partir do bloco Os Arengueiros, comandado por Cartola e Carlos Cachça, e tornou o desfile de carnaval o espaço de sociabilidade entre a comunidade e a cidade, por conferir a ela *status* de patrimônio cultural e local de nascimento ou moradia de grandes poetas do samba.

Observa-se, com frequência, crianças do CCC cantando os sambas enredo da Mangueira, como, enquanto pintavam a atividade *Lugares que eu conheço* (14/11/2008) do Grupo Operativo, Maurício<sup>4</sup> (11 anos) cantava o samba enredo de 2008, *100 anos de frevo* [...], quando Nívea (10 anos) comentou: “esse ano a Mangueira tem que fazer bonito e ganhar, porque desde 2000 sem ganhar não dá mais”. O que possibilita compreender como a Estação Primeira está presente na vida dos moradores da Mangueira, e como ela representa um espaço de identificação.

No decorrer dos anos, as cores verde e rosa foram além da representação da Escola de Samba e se tornaram capazes de remeter as pessoas à Mangueira como um todo. Constant (2007) cita como exemplo que evidencia a identidade e o orgulho em pertencer à Mangueira o *Jornal A voz do morro*, lançado em março de 1935. A autora menciona a matéria de capa da primeira edição do jornal, cujo título da manchete era *Samba*, o texto fazia referência à importância do samba para a cidade do Rio de Janeiro, e para a própria existência do jornal, dedicado ao samba. Iniciativa que corrobora o pensamento de Maia e Krapp (2005), assim como de Constant (2007), a cerca do sentimento de orgulho e pertencimento a um grupo social dos habitantes da Mangueira, presente desde os anos 1930.

A Mangueira consolidou-se, na cena carioca, como berço rico em cultura, criatividade e força para superar dificuldades, como os poucos recursos, a repressão policial e a atuação do tráfico, sem nunca deixar que suas manifestações culturais desaparecessem. Fato que se tornou possível por intermédio de iniciativas pessoais, coletivas e institucionais, ao implantarem diversos projetos sociais direcionados para os moradores da Mangueira. Sendo, desde seus primeiros anos, fonte para a construção da identidade cultural de seus moradores.

## 2.2 Identidade cultural e subjetividade

A busca de reconhecimento da identidade cultural, no âmbito social, simbólico ou afetivo representa papel fundamental na vida da pessoa, como afirma Andrade (2003). Pois, de acordo com Woodward (2000), tal busca propicia relativa certeza e segurança diante de um mundo em transformação, fluido e cada vez mais tomado de incertezas. Nesse sentido, Maia e Krapp (2005) descrevem que “a história cotidiana que circula nas ruas da cidade resiste como algo minimamente certo diante da velocidade e da incerteza dos acontecimentos” (p.35).

O desafio de estudar a identidade cultural na contemporaneidade refere-se à impossibilidade de pensá-la como imutável, atemporal, fidedigna, ininterrupta, e autêntica,

<sup>4</sup> Todos os nomes são fictícios para preservar o anonimato das crianças, de acordo com normas do Comitê de Ética da UERJ.

como um elo entre passado e futuro. Se no passado, tal perspectiva pode ter sido um mito, na contemporaneidade com certeza o é. As identidades culturais, na contemporaneidade, apresentam-se de formas variáveis, múltiplas, com inúmeras constituições possíveis, e são decididas pelos indivíduos, que transitam *livremente* por um mundo cada vez mais sem fronteiras claramente definidas. Canclini (2007) salienta que a formação das identidades culturais se dá por meio de processos virtuais e universais resultantes das tecnologias e organizações globais, que alcançam todas as partes do orbe. Em tal conjuntura, Maffesoli (2001) identifica um período paradoxal que “dá luz a uma uniformização aparente e, ao mesmo tempo, a uma real diferenciação ou afirmação, às vezes fanática e intolerante, das particularidades específicas. Nele encontramos essa dialética massa/tribo” (p. 108-109).

Bloch (2006) destaca que um desejo que se manifesta muito cedo no ser humano é o desejo de se encontrar com ele mesmo. Mas há uma dúvida de quem ele seja. Existe um sentimento intenso de iniciar algo que comece a partir de si mesmo, um desejo de viver conforme seus aspectos mais íntimos. Momento em que se evidencia um desconforto pela indefinição, como o adolescente que cada dia *é um* diferente. Dessa forma, conclui o autor: “nesse estado o ser humano está na ponta de sua própria língua, só não sabe ainda qual será o seu sabor” (p. 10).

A identidade está vinculada à referência ou reconhecimento de algo no qual a pessoa realiza a identificação, como nome, filiação ou impressão digital. Refere-se à semelhança, permanência, reconhecimento, algo que pré-existe à pessoa, que provém da sociedade, confere à pessoa um lugar na estrutura social e define sua pertença a um grupo. Exemplo da identidade vinculada ao pertencimento a um lugar ou grupo, ocorreu na atividade *Meu lugar no mundo* (31/10/2008) do Grupo Operativo Paula (12 anos) quando questionada “Do que você mais gosta de onde mora?” ela respondeu “Do morro”. Prontamente, Livia (13 anos) a contestou: “Você escreveu que o que mais gosta é o morro? Não tem outra coisa para gostar não?”. Paula (12 anos) justificou sua resposta: “Claro que eu gosto, no morro é onde está minha família e meus amigos”.

A identidade constitui o referencial propiciador do conceito e da imagem de si. Hall (2000) assegura que a identidade, para existir, depende de outra de que ela não dispõe algo fora dela, mas que forneça as condições para que ela *seja*, o que a torna relacional. Em consonância com a afirmação de Hall (2000), Bhabha (1998) já havia postulado que, para além da identidade, o próprio existir se constitui em relação a uma alteridade, isto é, “é uma demanda que se estende em direção a um objeto externo” (p.76). Nesse sentido, Maffesoli (2001) afirma que a existência está relacionada com a necessidade de sair de si e ir em direção ao outro.

Ewald e Soares (2007) consideram que as identidades dizem respeito às zonas de interseção, isto é, espaços distintos em que a subjetividade pode ser compartilhada em grupos de interesse, como no futebol, no bairro, na cidade, nas afinidades políticas e em outros espaços que estejam abertos à coletividade e à singularidade. Na constituição da identidade, valores e crenças sociais são partilhados por aqueles que dela fazem parte, afirmam Ewald e Soares (2007), o que os mantém próximos de seu tempo e de sua condição, e torna evidente que a pessoa é relativa à sociedade em que está. Sendo assim, percebe-se uma relação entre identidade pessoal e identidade cultural, concluem os autores.

De acordo com Bauman (2005), no mundo contemporâneo “das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis” (p.33), não é mais possível conceber as identidades, como se imaginava antes, as identidades não funcionam de forma intransigente e sem negociação. No momento atual, as identidades são marcadas pela liberdade de escolha individual, continua o autor. Para Canclini (2007), em especial, o espaço sociocultural latino americano permite a convivência de diversas identidades culturais e, como resultado, as identidades, que se estabelecem como fruto de narrativas e atuações, se dão de forma menos monolíticas. Na

atividade *Autógrafos* (19/09/2008) do Grupo Operativo Maria (10 anos), Paula (12 anos), Maurício (11 anos) responderam sim para as perguntas: “Gosta de funk?” e “Gosta de samba?”. Respostas consoantes com a concepção das indentidades múltiplas, que conseguem circular por territórios distintos sem que isso se constitua em uma *agressão* à identidade.

A identidade cultural desafia qualquer relação com fundamentalismos ou com formas pré-estabelecidas, de onde surge uma estreita relação com o ciberespaço. De acordo com Maffesoli (2001) esta relação encontra-se em pleno desenvolvimento e é alimentada por proporcionar mobilidade e circulação “do espírito, dos devaneios e até das fantasias” (p. 30). Conjunta que traz à consciência a falta de solidez e de garantias da identidade cultural na contemporaneidade.

Essa identidade contemporânea, descrita por Canevacci (2005), foi definida por Bhabha (1998) como uma identidade diferencial, na qual há uma negociação e uma regulação constantes com o espaço, que por sua vez, está continuamente se abrindo, reconstruindo fronteiras, expandindo limites diante da mínima argumentação de um signo de diferença, como os de raça, gênero ou classe. Revelando, de acordo com Bauman (2005), a natureza provisória da identidade, bombardeada pelas inúmeras ofertas culturais expostas quase como em uma vitrine.

As identidades culturais, como Canevacci (2005) observa, cada vez mais exploram discursos, estilos, visões, percepções, estéticas e criações. O que as tornam identidades experimentáveis, ilimitadas, indeterminadas e enigmáticas em seus desenvolvimentos. Perspectiva corroborada por Bauman (2005) quando assinala que a constituição da identidade tornou-se uma infinidade de experimentações, que nunca se cessam. Com o intuito de elucidar sua concepção acerca dos experimentos da identidade, Bauman (2005) escreve: “você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida” (p. 91).

### 3 CONCLUSÃO

A realização do Grupo Operativo propiciou perceber que as crianças que frequentam a Ação Griô do CCC, apesar de conviverem com uma realidade de vulnerabilidade, conseguem apreender fatores positivos em relação à Mangueira e a suas vidas. As discussões propiciadas pelas atividades do Grupo Operativo possibilitaram que as crianças expressassem a sua visão de mundo e sua expectativa em relação ao futuro.

Observa-se que a identidade cultural das crianças está construída em uma base que não permite ingenuidades ou ilusões, mas admite a possibilidade de sonhar, com a certeza de que realizar sonhos significa esforçar-se de forma responsável e crítica. De certa forma, alguns sonhos já se concretizaram, talvez muitos não pudessem acreditar que eram capazes de tocar violino, flauta ou piano. Talvez fosse difícil imaginar que poderiam se apresentar em lugares como no Teatro Municipal, no Canecão, ou ainda no programa Mais Você da TV Globo. Há ainda, a realização do sonho de descobrir que existem outras possibilidades de crescimento que não estão associadas à violência ou ao tráfico.

Para finalizar, acredita-se na importância de propiciar o acesso à informação e à cultura. Por configurar-se em uma possibilidade de despertar, nas crianças e jovens, uma atuação social consciente, sensível, responsável e crítica, ao formar uma identidade cultural vinculada ao território que se vive. Nesse contexto, as práticas como as do CCC exemplificam uma luta resistente de preservação e reapropriação da cultura mangueirense, por estarem envoltas na possibilidade de ocupar o espaço de cidadania cultural, pela apropriação positiva do território ocupado e pelo fortalecimento da identidade cultural de ser Mangueirense, e assim, influenciarem a construção da subjetividade.

#### 4 REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ANDRADE, Regina. *Personalidade e cultura: construções do imaginário*. Rio de Janeiro: Revan-FAPERJ, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BLOCH, Ernest. *O princípio esperança*. V. 3. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998
- CANCLINI, Nestor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- CANEVACCI, Máximo. Gemação diaspórica e subjetividade sincrética. Palestra apresentada no seminário *Gemas da Terra*, realizado no Sesc-SP, em março de 2005. Disponível em: [http://www.sescsp.org.br/sesc/conferencias\\_new/](http://www.sescsp.org.br/sesc/conferencias_new/). Acessado em 09 Out 2007.
- CONSTANT, Flávia M. *Tantinho, memória em verde e rosa: Estudo do Processo de Construção de uma Memória da Favela da Mangueira*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História, Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007.
- COSTA, Maria de F. T. *A cerca jurídica da terra na produção capitalista da cidade*. 2005. 279 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA, Maria A. N. *Samba e Solidariedade: capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira*. Rio de Janeiro: fabrica de Livros, 2002.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1*. Petrópolis: Vozes, 2008
- EWALD, Ariane P.; SOARES, Jorge C. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2007000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 Ago 2008. doi: 10.1590/S1413-294X2007000100003
- GONÇALVES, Renata de S. *Os ranchos pedem passagem: o carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural/Gerência de Informação, 2007.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.
- MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismos: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAIA, João; KRAPP, Juliana. Comunicação e comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In: FREITAS, Ricardo F.; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 31-45.

MAIOLINO, Ana L. G. *Espaço Urbano, subjetividade e um foco especial sobre a favela do Canal das Tachas no Rio de Janeiro*. 2005. 385p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Cap. 1 e 2, p.39-166.

MARTINS, José de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PANDOLFI, Dulce C.; GRYNSZPAN, Mario. (Orgs). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
\_\_\_\_\_. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1982.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. Apresentação. In: RIBEIRO, Luiz César de Q. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000, p. 11-18.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VAINER, Carlos B. Cidades, cidades e a utopia do reencontro: uma reflexão sobre a tolerância e urbanismo. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro. Ano XII, n. 1, 1998, p. 33-46

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jan. 2009. doi: 10.1590/S0102-69092000000300001.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, v. 8 n. 16; *Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro, 1995, Ed. FGV, p. 227-2334.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-72.